

REPENSANDO A EDUCAÇÃO CÍVICA: O VOTO COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL NA SOCIEDADE

Thales Abreu Maciel Ferreira Santos¹

Raquel Auxiliadora Borges²

Resumo: O artigo aborda a análise do sistema educacional brasileiro no contexto da educação cívica, com o propósito de problematizar a formação das futuras gerações de eleitores. O foco recai sobre a maneira como as escolas abordam a política e o funcionamento do Estado, dada a sua correlação com a carência de qualificação e ética no âmbito político do Brasil. O ato de votar desempenha um papel fundamental no destino de uma nação tornando imprescindível a implementação de um currículo analítico sobre o processo de votação no ensino médio. Este artigo empreende uma revisão bibliográfica que envolve a análise crítica e sistematizada de fontes acadêmicas e literatura pertinente à educação cívica e ao voto na sociedade, com o intuito de compreender e sintetizar as perspectivas e conclusões apresentadas. A pesquisa tem como objetivo ressaltar que o conhecimento sobre o funcionamento dos órgãos públicos e cargos políticos é um pré-requisito mínimo para o pleno exercício da cidadania, promovendo uma cidadania mais informada, sensata e direta. Quanto aos resultados, espera-se que a pesquisa contribua para uma maior conscientização e compreensão por parte da população, o que, por sua vez, pode ter implicações positivas no processo político e seus desdobramentos.

Palavras-chave: Sistema Educacional Brasileiro, Educação Cívica Deficiente, Ineficiência política, Carência no funcionamento Estatal.

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo busca, em síntese, evidenciar a importância do ato de votar, e, consequentemente a importância de curricularizar o ensino de como exercer tal ato, sendo requisito mínimo e primário para fomentar o direito da cidadania em seu pleno efeito.

O que remete a uma desconstrução social que está enraizada na mentalidade da população, que não percebe ou não consegue visualizar o quão é importante é o voto, e a enorme diferença positiva que pode ocorrer quando ele é exercido com inteligência e senso crítico próprio.

A educação tem que ser observada sob a ótica a qual ela representa, ou seja um fator de extrema importância para o desenvolvimento de uma sociedade. Isso implica primordialmente em um restabelecimento conceitual dos valores que uma nação deve ter para obter uma melhora efetiva da situação atual.

¹ Graduando em Direito pelo Centro Universitário Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. E-mail: thalesabreu884@gmail.com

² Docente no curso de Direito pelo Centro Universitário Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. E-mail: raquel.borges@uniptan.edu.br

É um tema de grande relevância, entretanto, pouco explorado e indagado, “ se o voto é tão importante, porque não somos ensinados a votar ?”Trazendo uma analogia: se um médico precisa fazer faculdade, ou seja, ser preparado para exercer a medicina, igualmente as pessoas devem ser preparadas para o voto. Se de fato o voto tem tanta importância e relevância na sociedade, a população deve ter um mínimo de preparo para exercer essa função como cidadão. Sendo assim, como a população brasileira perfaz-se para uma melhora, sem ao menos saber como exercer tal direito?

E esse referido preparo, incide diretamente em uma função estatal no âmbito da educação das futuras gerações que, de forma pedagógica, deve apresentar aos alunos como é o funcionamento político do Brasil, através dos conhecimentos das áreas de atuação dos políticos em geral (prefeitos, vereadores , deputados , presidente e etc...) e também qual é o intuito e funcionalidade de cada órgão dos poderes que regem o Estado (fóruns, câmaras, prefeituras e etc...). Dessa forma ilustrando minimamente na mentalidade dos cidadãos o que cada órgão representa na sociedade e como pode ser usado em prol do bem estar da população.

A pesquisa em questão adota uma metodologia de revisão bibliográfica para analisar o sistema educacional brasileiro em relação à educação cívica. Seu principal objetivo é questionar e compreender como ocorre a formação das futuras gerações de eleitores no Brasil. O estudo concentra-se na maneira como as escolas podem abordar a política e o funcionamento do Estado, uma vez que a falta de compreensão nessa área está relacionada à qualidade questionável e à ética dos políticos brasileiros. O ato de votar desempenha um papel fundamental no futuro da nação, e para promover o progresso, é vital implementar um currículo mais analítico sobre o processo de votação nas escolas de ensino médio.

O objetivo central deste artigo é apresentar um estudo analítico que visa instruir, conscientizar e esclarecer o funcionamento dos órgãos e cargos públicos e políticos no Brasil através de disciplinas escolares voltadas para esta finalidade.

. O conhecimento desses conceitos básicos é visto como um requisito mínimo para o pleno exercício da cidadania. A pesquisa busca, em última análise, contribuir para uma população mais bem informada, sensata e direta em seu exercício de cidadania, com a esperança de melhorar a qualidade do processo político e seus resultados.

Este artigo científico abordará diversas temáticas essenciais para compreender a relação entre educação e política no contexto brasileiro. Inicialmente, discutirá como a educação reflete as políticas públicas, explorando o poder da ignorância como um fator significativo na formação das futuras gerações de eleitores. Em seguida, examinará a

necessidade de desconstruir a interpretação condicionada do conceito de votar e como a sociedade molda o pensamento crítico. Além disso, analisará a perspectiva atual no Brasil, incluindo a relação entre voto e satisfação na representação popular, o desempenho da educação brasileira em um contexto global e as consequências diretas da defasagem educacional. Também, explorará os desafios e estratégias para alcançar um exercício de cidadania plena, além de discutir a aplicabilidade desses conteúdos nas escolas brasileiras. Cada tópico contribuirá para uma análise abrangente da interseção entre educação cívica e política no Brasil.

2 A EDUCAÇÃO É REFLEXO DA POLÍTICA

A sociedade brasileira pode atingir uma melhora estrutural diferente da situação que é nos apresentada no cenário político vigente. Primordialmente implicaria em uma formação melhor do pilar fundamental para o desenvolvimento em massa que é a qualidade da educação. Visando um futuro próspero e justo para as novas gerações.

Portanto é necessário medidas socioeducativas inteligentes e coligadas com um amplo investimento do Estado no âmbito educativo, para se obter resultados positivos no tocante desenvolvimento da sociedade.

Contudo para que ocorra alguma melhoria significativa, é exigível que os nossos representantes atuem em prol dos anseios da população, de modo que contribua para um progresso pleno e efetivo.

Entretanto, só podemos atingir um patamar superior no que tange a concepção atual brasileira, se a população que representa a sociedade, estiver bem instruída para com os seus deveres como cidadão.

2.1 O poder da Ignorância

Em princípio, a falta de compreensão política advém de uma parceria de interesses dos políticos que nos regem, com a força do Estado.

Sendo assim, é de interesse dos governantes, manter a população carente de informações de aparatos críticos, que só podem ser obtidos através do conhecimento. Francis Bacon em sua obra “Novum Organum” no ano de 1620, foi cirúrgico ao mostrar que o conhecimento é poder. Podendo compreender que quanto mais ignorante se encontra um povo menos poder e força ele tem, consequentemente se tornando fraco perante os líderes. O

que o submete a todo tipo de consequência acarretada pelo viés da ignorância, gerada tanto no pessoal e interno de cada pessoa, quanto pelo Estado que cultiva anseios distintos do bem estar comum.

Sócrates (384 a.C) , em sua obra “Kinesis” de retrata a importância da educação na sociedade e como ela influencia as relações de poder. Segundo Sócrate, nenhum chefe, em qualquer posição de comando, pensa apenas em seu próprio interesse, mas sim no interesse de seus subordinados. Ele afirma que nenhum governo ou arte busca o que é aceito para si mesmo, mas sim para aqueles que estão sob sua autoridade (Sócrates s.d, apud Vicente, 2014, p. 215-224).

No artigo de Vicente (2014), intitulado "O papel da educação na república de Platão", é apresentada a perspectiva filosófica de Platão sobre a educação e sua influência na construção de uma sociedade justa. O autor ressalta a solução apresentada por Platão para a questão da justiça, a qual se baseia na concepção da educação como uma alegoria da caverna. A obra reflete a importância da educação para a compreensão da natureza humana e sua capacidade de sair da coroa e construir uma cidade justa (Vicente, 2014, p. 215-224).

De acordo com Vicente (2014), a natureza humana desempenha um papel fundamental no processo educativo. Uma educação adequada, que desenvolva as qualidades naturais do homem, é essencial para garantir a justiça na sociedade e no indivíduo. A justiça consiste na ocupação de cada um em uma função para a qual sua natureza é mais adequada. Assim, uma cidade é justamente quando cada uma de suas partes executar suas próprias tarefas, e um indivíduo é justo quando cada parte que o constitui desempenha sua função (Vicente, 2014, p. 215-224).

Ao compreendermos a luz da filosofia, a importância do ato como cidadão, de escolher seus representantes com um discernimento fornecido pelo conhecimento, se faz necessário que essa abordagem crítica seja disseminada com a devida importância, de forma que a população quebre paradigmas enraizados, para poder evoluir o intelecto da nação, para não ser mais submissa às imposições e as falcatuas dos políticos e do Estado.

3 A DESCONSTRUÇÃO DO MODO DE PENSARMOS

A falta de uma educação de qualidade, e as infraestruturas educacionais são as razões principais, para se entender a importância e o poder de eleger pessoas com qualificação para gerir e representar a população.

Atualmente grande parte dos brasileiros tratam o voto de forma simplista, algo que é de extrema complexidade, pois não é somente saber em quem votar e sim o que cada cargo representa, e como exigir melhora em cada âmbito.

O entendimento das funções públicas é fundamental para a construção de uma consciência de voto, indo em contraposição ao atual cenário brasileiro, que uma grande parcela entende que o presidente é responsável por todo mal e bem da nação. Cenário este que vemos retratado em uma enorme polarização partidária que só gera desordem e regresso. De nada adiantaria ter o presidente mais qualificado, tendo o próprio prefeito ou até mesmo um vereador inapto ao cargo.

Para cultivar, assim, a capacidade crítica, é imperativo que as instituições de ensino, voltadas para a formação dos futuros eleitores, adotem um currículo obrigatório que abranja o entendimento das atribuições de cada cargo público, a maneira apropriada de demandar melhorias junto aos seus representantes correspondentes, assim como o funcionamento dos órgãos públicos em questão. Assim possibilitando à população julgar com o mínimo de discernimento, sobre o cumprimento das respectivas funções políticas e estatais.

Ao evidenciar, por último, um aumento substancial nas tentativas de obstruir os nossos direitos, ressalta-se a importância do conhecimento prévio desses direitos como um pré-requisito essencial para a sua reivindicação. Nesse contexto, desempenhamos um papel passivo, assemelhando-nos a marionetes em uma sociedade alienante que procura converter a instituição escolar, que é o único meio de fomentar o pensamento crítico, em um instrumento eficaz de controle social.

3.1 Reinterpretação Crítica do Conceito de Voto

Partindo de uma premissa subjetiva, porém condizente com a realidade vivenciada, as campanhas eleitorais e outros meios de comunicação conceituam a importância significativa do voto e do cumprimento do dever cidadão. Isso leva a um sentimento condicionado de necessidade nas pessoas de votar em algum candidato, mesmo que não estejam completamente de acordo, agindo como uma imposição, sem a intenção de avaliar a qualificação desses representantes..

Dessa forma, observa-se uma aceitação passiva em massa de que, se não houver um político que seja de seu agrado pleno, “que vote no menos pior”, assim a sociedade foi delimitando os níveis dos nossos governantes, e estabelecendo um padrão de representantes ineficientes e corruptos, que em tese deveria ser o oposto desse pensamento, ou seja, votar no

mais qualificado não no menos pior.

Sutilmente observável na modalidade do voto obrigatório, esse fenômeno é explorado como uma ferramenta por políticos, partidos e meios de comunicação alinhados aos interesses do governo em questão. Assim deixando a população à margem dos interesses e influências dos poderes que nos regem, conseqüentemente gerando diversas problemáticas como a má divisão de renda, altos impostos, leis corporativistas entre outras.

Este fenômeno engendra uma interpretação equivocada dos cargos públicos no contexto político, uma vez que as referências contemporâneas frequentemente enfatizam desordem, irresponsabilidade e casos de corrupção graves, entre outras transgressões. Tal cenário acarreta no descontentamento generalizado e na carência de informação entre os eleitores brasileiros. Para abordar essa problemática, é imperativo buscar a correção desse quadro através do empoderamento dos eleitores, por meio da inclusão do ensino do voto como componente fundamental dos currículos escolares em todo o Brasil.

3.2 Desenvolvimento do Pensamento Crítico na Sociedade: Fatores e Influências

O distanciamento da população em relação a política, vai gerando diversas problemáticas, que condicionadas a ausência do interesse político, em virtude da insatisfação com as gestões governamentais, acarreta sequencialmente um modo de pensar fadado ao regresso.

Os estudos abaixo explicitam pelos conceitos psicológicos, essa aversão e a polaridade do povo que demonstram padrões comportamentais negativos arraigados de enormes prejuízos gerados por essa má condução do conceito de votar.

A projeção de aprimoramento da cidadania por meio da atuação psicossocial da população é abordada no estudo Norval (1994) a seguir, que destaca a contribuição da Psicologia Política no entendimento do processo de identificação. Norval (1994) afirma que esse processo envolve a externalização de um "outro" por meio da delimitação de fronteiras políticas. Segundo Norval (1994), a formação da identidade coletiva requer a identificação de um elemento externo que possa ser diferenciado. Essa criação de um discurso de identidade coletiva é expressa por meio da relação "nós" versus "eles" no campo político, como apontado por Mouffe e Carl Schmitt em sua crítica ao liberalismo político (Mouffe e Schmit, 1996 apud Norval, 1994, p. 14) . A construção dessa identidade coletiva não deve ser vista

como uma realidade empírica,

O fortalecimento da compreensão sobre a desconexão entre política e antipolítica e suas consequências é exatamente o que discute Baquero e Vasconcelos (2013) em seu artigo "Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e dos movimentos antipartidarismo no Brasil", apresentado no Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política-Compólitica. Segundo os autores (2013), quando há essa desconexão, a classe política representada pelos partidos perde referência para sua atuação, não atraindo os consumidores para se associarem ou participarem das atividades partidárias. Essa interrupção no processo de representação leva os partidos a não representarem a sociedade, mas sim a desenvolverem esquemas de favorecimento privatista, que frequentemente resultam em corrupção ou práticas corporativistas. Como resultado, a sociedade tende a internalizar predisposições que desvalorizam essas instituições, levando-as a serem permanentemente desacreditadas. Esse contexto favorece o ambiente da antipolítica e do antipartidarismo.

O conceito de antipolítica, segundo Schedler (1977) citado pelos autores, refere-se a predisposições que buscam destronar e banir a política da esfera pública, colonizando-a com outras lógicas alheias à política. Esse tipo de pensamento tem se fortalecido nos últimos anos, especialmente durante o período neoliberal, em que se sugere que a globalização e o próprio neoliberalismo são inevitáveis, dificultando o controle do futuro político pelos cidadãos. Nesse contexto, há uma supremacia da máquina e da racionalidade, o que produz exclusão política e perda de poder social e individual. A antipolítica manifesta-se contra as instituições políticas, lógica da representação que exclui a maioria da população e o poder individual e social.

O fortalecimento do antipartidarismo se manifesta como uma decorrência da concretização do fenômeno da antipolítica. Tipicamente, a emergência de sentimentos desfavoráveis em relação às agremiações partidárias é resultado de experiências adversas vivenciadas pelas pessoas em decorrência de escolhas equivocadas no processo de seleção de seus representantes, fomentando uma postura crítica e uma rejeição quanto ao papel desempenhado pelos partidos no sistema político. O antipartidarismo pode variar dependendo do contexto e suas consequências. No caso brasileiro, o antipartidarismo convive com os avanços formais da democracia, mas inibe o pleno fortalecimento da representação política e, consequentemente, da democracia.

Nesse contexto, a cultura política brasileira, assim como em outras sociedades em desenvolvimento, passa a focar suas demandas e necessidades no Estado. No entanto, o

Estado não tem sido capaz de oferecer respostas consistentes às diferentes demandas dos atores políticos, nem de manter os canais de mediação para solucionar os problemas. Isso resultou na diminuição da confiança no Estado, sem, no entanto, levar ao colapso de sua estrutura.

Conclui-se, finalmente, que à medida que a população gradualmente aprimora sua capacidade de participação nas eleições, por meio do desenvolvimento de um senso crítico sólido e independente das influências de gestores desonestos, desponta uma esperança incipiente para a nação. Este aprimoramento se dá ao proporcionar ao povo os requisitos mínimos que lhes asseguram uma cidadania plena e destacada em seu dever fundamental. Com o transcorrer das gerações, as pessoas passarão a reconhecer progressivamente a importância do pleno exercício de sua cidadania.

4 A ATUAL PERSPECTIVA BRASILEIRA

A problemática fática brasileira, advém de um eleitorado brasileiro em uma situação de completa insatisfação e defasagem no âmbito do exercício do voto, oriundo de um despreparo ocasionado pelo próprio estado. Assim pode observar que a população encontra-se, sem um pleno senso crítico para exercer tal função e sendo relacionado com a má educação fornecida, submetendo a população em geral, a uma situação de completa ignorância política, e sem um pleno conhecimento das funções do Estado e seus respectivos órgãos de atuação.

4.1 : Voto e Satisfação na Representação Popular

Esse conteúdo educacional básico vislumbra uma outra percepção de ensino para os futuros cidadãos, visando o desenvolvimento do senso crítico na hora de praticar algo tão importante e influente para um futuro de uma nação que é o ato de votar. Atualmente o voto na realidade brasileira, pode se incidir em diversos conceitos, como algo comprável, manipulável, condicionado, comercial, entre outros meios que os partidos e as mídias utilizam para corromper e dissipar o intuito democrático inicial de tal exercício. O que tem sido fomentado de forma desvirtuada na concepção da racionalidade e a cultura do povo brasileiro.

A pesquisa acerca da interpretação do voto, conduzida por Speck (2003, p. 148-169), destaca a existência de distintas modalidades de votos, tais como o voto ideológico, o voto pessoal e o voto circunstancial. Conforme a observação de Grandi (1992) dentro desse

contexto, sugere-se que somente uma parcela reduzida do eleitorado baseia sua escolha de candidato em convicções políticas sólidas, enquanto grande parte dos eleitores deposita sua confiança pessoal, sobretudo em eleições de âmbito local. Em contrapartida a esses compromissos de longo prazo, denominados votos ideológicos e votos pessoais, um terceiro grupo de eleitores estaria disposto a decidir seu voto de forma espontânea, influenciado por uma variedade de motivos relacionados à maneira como os candidatos e programas são apresentados. No tocante a essa fração do eleitorado caracterizada por sua indecisão e volatilidade, é pertinente observar que o domínio da arte de apresentar conteúdos e personalidades por meio da mídia, conhecido como marketing político, exerce um impacto substancial.

Contudo, de um modo geral, as concepções inerentes à liberdade de escolha, à competição eleitoral e à administração imparcial se revelavam inadequadas para descrever o cenário social e político que caracteriza o contexto no qual os processos eleitorais se desenrolam. Nas democracias emergentes, as possibilidades de manipulação das eleições populares são múltiplas. A competição política muitas vezes restringe-se a uma disputa entre elites concorrentes, que possuem um controle amplo sobre segmentos inteiros do eleitorado. Mas ao mesmo tempo, os atores políticos desenvolvem um senso crítico aguçado para detectar as deficiências do processo eleitoral em todas as suas variações. Isso inclui o uso da máquina governamental para favorecer os candidatos, a influência ilícita do poder econômico sobre a eleição ou manipulações referentes à administração das eleições.

A garantia da lisura do processo eleitoral é um desafio universal para a consolidação dos regimes democráticos. Mas a fraude, a manipulação e a cortina eleitoral têm uma cor específica, dependendo do contexto político e histórico. Para fins de análise, a pesquisa de Speck (2003, p. 148-169), tratou-se separadamente questões específicas como a imparcialidade da administração das eleições, o papel do poder econômico no financiamento das campanhas e a independência do eleitor na manifestação do seu voto.

Trazendo para o contexto vigente, os eleitores brasileiros, segundo dados do jornal Folha de São Paulo (2019), afirma que "No Brasil, por sua vez, a diferença entre contentamentos e descontentes é ainda maior: 83% se declaram insatisfeitos, enquanto somente 16% se dizem satisfeitos com a democracia -16 pontos percentuais a mais de insatisfeitos em relação a 2017, quando 67% afirmavam estar descontentes" (Folha de São Paulo, 2019).

O estudo trata de uma avaliação feita no ano de 2019, mas não diverge da situação vigente, podendo-se concluir que uma grande parcela da população brasileira encontra-se

insatisfeita. Essa insatisfação é ocasionada pela razão de eleger pessoas desqualificadas que não atendem os anseios da sociedade em consonância com o péssimo incentivo da participação política nas pessoas.

4.2 A educação brasileira perante o mundo

Correlacionando a insatisfação política administrativa e a formação dos novos eleitores, pode-se evidenciar que as escolas brasileiras ocupam atualmente a 60ª posição no ranking mundial de qualidade na educação, conforme mencionado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH (Pisa, 2021). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - (Pisa, 2021) divulgou um ranking mundial de qualidade de educação, no qual o Brasil ocupa a 60ª posição entre os 76 países avaliados. Cingapura está em primeiro lugar, seguida por Hong Kong e Coreia do Sul, enquanto Gana ocupa a última posição.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) avalia conhecimentos de leitura, matemática e ciências dos adolescentes. Além disso, busca avaliar conhecimentos e habilidades que capacitam os alunos para uma participação efetiva na sociedade. A avaliação em leitura busca verificar a compreensão, uso e reflexão dos alunos sobre textos escritos para alcançar objetivos (Pisa, 2021).

A principal finalidade do programa é produzir indicadores dos sistemas educacionais, avaliando alunos na faixa dos 15 anos, idade em que se considera o termo da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países (Pisa, 2021).

Observando a posição em que se encontra o Brasil, é preocupante, tendo em vista a grande relevância e potência que é o país. Sob essa ótica é possível observar que o governo não agrega verba suficiente e de qualidade no âmbito da escolaridade. Sendo um grande diferencial para uma nação bem sucedida e que corresponda minimamente aos anseios de sua população.

Este fenômeno decorre da eleição de gestores públicos que demonstram ineficácia, eleitos pelo eleitorado muitas vezes carente de preparo mínimo para lidar com questões de considerável complexidade, dadas a magnitude de sua importância e a responsabilidade inerente a tal ato.

Como resultado desse despreparo, o sistema político brasileiro se encontra em uma situação de retrocesso extremo, resultando em uma democracia completamente deturpada e

carente de responsabilidade. Isso se traduz em governantes que representam o povo, mas que frequentemente carecem da devida qualificação e coerência para desempenhar suas funções. Afetando assim toda a situação de uma cidade, estado ou nação.

Sendo uma problemática oriunda dessa inaptidão do próprio cidadão na hora de escolher seus representantes, por uma gama de fatores, e tendo como os principais causas (ou fatores) a ignorância e despreparo.

4.3 As consequências diretas da defasagem Educacional

Conforme nível educacional proporcionado pelo Brasil no âmbito político/eleitoral, é evidente que as pessoas cada vez mais ignorantes facilita ao funcionalismo público se tornar um arcabouço de corrupção, lavagem de dinheiro e esquemas de roubo, ou até mesmo prejuízos à sociedade pela falta de preparo de tal representante escolhido. Afetando diretamente toda a população em geral e em todos aspectos sociais, com essa falta de senso crítico para analisar o que é melhor e ideal para a nossa estrutura política, social e econômica

É o que aponta o estudo feito para evidenciar como é o impacto da corrupção de Lopes, Ls; Toyoshima, Sh em “Evidências do impacto da corrupção sobre a eficiência das políticas de saúde e educação nos estados brasileiros”(2013, Título).

Em seu ponto principal os dados indicam que a corrupção tem um impacto significativo sobre os indicadores sociais analisados, resultando em considerável redução do bem-estar geral da população. Diferentes formas de corrupção foram identificadas em cada região, como a cobrança de propina no Sudeste, a compra de votos no Nordeste e no Sul, e a cobrança de propina e a compra direta de votos no Norte e no Centro-Oeste (Lopes, Ls; Toyoshima, Sh, 2013)

Além disso, o estudo (Lopes, Ls; Toyoshima, Sh, 2013) apontou que a percepção da corrupção varia de acordo com as regiões do Brasil, sendo mais elevada na região Sudeste, seguida pelo Norte/Centro-Oeste, Sul e Nordeste, correlacionando com a desigualdade em consequência das prioridades dos investimentos de cada estado no tocante à educação.

Desta forma gerando um enorme impacto em todo funcionalismo público, corroborando para uma nação desprovida do mínimo, para uma vida melhor e digna, o que evidencia a necessidade de combate generalizado à corrupção para melhorar a gestão dos recursos públicos destinados no tocante à educação no país.

4.4 Como superar os desafios para um exercício de cidadania plena

Para alcançar uma melhoria estrutural significativa, deve haver uma atenção maior dos órgãos públicos na qualidade do ensino difundida, para que os estudantes cresçam com um interesse mínimo pela política e gestão estatal, com o devido senso crítico desenvolvido. No estudo realizado por Baquero e Vasconcelos (2013), intitulado "Crise de Representação Política, o Envolvimento da Antipolítica e os Movimentos Antipartidarismo no Brasil," apresentado no Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica), foi identificada grande insatisfação política por parte da população.

O propósito subjacente a essa proposição de tornar o conhecimento político um requisito fundamental para os estudantes visa prevenir a eleição de representantes públicos desprovidos de formação ou aptidão apropriada, cujas candidaturas frequentemente prevalecem devido a lacunas no sistema de votação. Um exemplo ilustrativo a esse respeito é a eleição do Deputado "Tiririca", escolhido popularmente em um ato de protesto, embora não detivesse as qualificações exigidas para o cargo. A história política brasileira é marcada por outros exemplos de políticos com reputações discutíveis que obtiveram êxito eleitoral devido ao voto de eleitores que não têm plena compreensão da significância inerente a cada cargo e de seu impacto na estrutura e realidade do Brasil.

Algumas das pesquisas levadas a cabo nos últimos anos (Mainwaring et al., 2006) demonstram que no Brasil, assim como no resto da América Latina, existe uma crise de representação, na medida em que a maioria dos cidadãos demonstra não acreditar que está sendo bem representado. Em estudos recentes, Baquero (2005) demonstra que, no caso dos partidos políticos no Brasil, de maneira geral, a população não estrutura suas identidades coletivas com base nos partidos. Ou seja, não há uma lealdade aos partidos, e, muito menos, eles não são catalisadores de uma maior e melhor participação ou oportunizam a constituição de cidadãos críticos

Sendo assim é necessário que a política brasileira seja desconstruída através da educação de sua nação, para dar o devido valor e respeito aos cargos e representantes públicos. Para que exista um progresso geral em todos os âmbitos, e sendo desencadeado com esse requisito mínimo é fundamental, para a população exercer com qualidade e efetividade o direito de votar.

4.5 A aplicabilidade dos conteúdos nas escolas brasileiras

A fundamental importância da implementação desse conceito de ensino do ato de votar, que em tese, o estudo do voto nas escolas deverá ocorrer a partir do ensino médio, onde já existe alguma maturidade em potencial.

Sendo dividido em unidades curriculares que discutam as funções dos órgãos públicos; para obterem conhecimento e uma noção básica do funcionamento do Estado e o que cada órgão representa e como é a sua atuação e também como o acesso até eles.

Igualmente importante é discutir como cada cargo político atual se constitui e o que é de responsabilidade de cada um; sendo elementar na matriz curricular, para se ter clareza e senso crítico para analisar o desempenho e a coerência de cada representante Para saber exigir o que é da competência referente ao papel desempenhado. Isso facultaria à população a possibilidade de requerer, com maior rigor e eficácia, um desempenho superior dos políticos que assumirão seus papéis como representantes.

Destarte, ainda trazemos como importante tópico a ser discutido na matriz curricular do ensino médio a o conceito de cidadania para descaracterizar a imagem da política e as funções públicas, que ao longo da nossa história foram sendo desmoralizada e perdendo o devido respeito, distanciando as pessoas preparadas e de boas intenções e com vocação para tais cargos. Trazendo assim o conceito da importância desses cargos, quando são realizados de forma honesta e profissional, e o quão é necessário pessoas com capacidade para atuar.

O artigo de Gatti (2013) intitulado "Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses", publicado na revista Educar em Revista, demonstra e reflete uma ótica que precisa ser ressaltada sobre a educação e sua observação no contexto social, fortalecendo a necessidade da base curricular mínim, conforme está sendo proposta no presente artigo.

Conforme argumentado por Gatti (2013), os contextos sociais contemporâneos ressaltam a relevância de reconhecer a educação como um direito humano e um bem de natureza pública. A educação viabiliza o exercício de outros direitos humanos e desempenha um papel fundamental na promoção da compreensão, conscientização e advocacia em prol desses direitos.

Destaca-se hoje na vida social, no trabalho e nas relações interpessoais a importância de se apropriar de conhecimentos, uma vez que este é um dos determinantes das desigualdades sociais. O conhecimento se mostra como princípio diferenciador de pessoas e grupos humanos, e se desejamos uma sociedade justa, precisamos de uma escola justa.

Conforme Gatti (2013), a escola desempenha no seu cotidiano o papel de escolher os conhecimentos a serem tratados com as crianças e jovens, selecionando entre os conhecimentos disponíveis quais são essenciais, o que incluir, quando e em qual profundidade, e também de que forma agir pedagogicamente. O papel fundamental da escola é, portanto, levar os alunos a aprender e compreender os conhecimentos já adquiridos, ao mesmo tempo formando-os em valores para a vida humana, ou seja, desenvolvendo ações pedagógicas que propiciem aprendizagens efetivas, confiantes para o desenvolvimento humano- social das crianças e jovens, essencialmente para a construção de uma civilização. A educação escolar é um processo comunicacional específico.

Curricularizando essas discussões e conteúdos de forma efetiva nas escolas, a população terá um norteador mínimo e básico, já no processo de formação, para exercer sua função de cidadão. Dando a devida importância para algo de tamanha influência na qualidade de vida do brasileiros, que pouco sabem da complexidade que envolve o ato de votar.

Contudo a intenção central é disponibilizar através do conhecimento e informação, mecanismos para aprimorar esse direito, tornado possível compreender que o Estado e suas organizações são interligados e dependem do máximo de pessoas qualificadas. Não somente um presidente ou um governador, que são os focos mais centrais das eleições no qual a maior parcela das pessoas dão mais a devida atenção, mas todos que compõem o cenário político brasileiro. E que cada voto consciente e estudado, tem uma importância imensurável para todo o destino e progresso da nação.

A pesquisa apresentada neste artigo enfatiza a importância de cultivar uma compreensão aprofundada do sistema político e dos cargos públicos no Brasil, mediante a introdução de disciplinas educacionais direcionadas a essa finalidade nas escolas. O estudo destaca que a capacitação dos cidadãos é essencial para a promoção de uma cidadania ativa e bem informada, contribuindo para uma sociedade mais consciente, envolvida e participativa. Ao equipar as gerações futuras com as ferramentas necessárias para compreender o funcionamento do governo e o significado do ato de votar, este artigo busca fortalecer a eficiência e a integridade do processo político, reduzindo, potencialmente, erros e abusos decorrentes da falta de conhecimento sobre os princípios democráticos. A implementação dessas disciplinas pode representar um avanço substancial na construção de uma sociedade brasileira mais justa e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente análise, torna-se patente que o ato de votar adquire notável relevância no momento em que os indivíduos atestam sua importância, denotando a presença de um discernimento crítico desenvolvido, cuja aquisição é viabilizada por intermédio de uma educação efetiva e perspicaz. Esse reconhecimento, por sua vez, pode mitigar a distância existente entre a cidadania e o aparelho estatal, concorrendo para o fomento da equidade e dignidade, sobretudo entre os segmentos socialmente menos favorecidos.

Portanto, essa abordagem configura-se como um instrumento eficaz no enfrentamento da corrupção, da lavagem de dinheiro e de outras manifestações que evidenciam a disfuncionalidade do atual contexto estatal brasileiro, constituindo, desse modo, um primeiro passo em direção a uma potencial reconfiguração social.

Ao promover a incorporação de disciplinas no currículo do ensino médio destinadas a proporcionar uma competência mínima no que concerne ao ato de votar, os futuros gestores públicos serão avaliados sob uma perspectiva ampliada, que abrange aspectos relacionados a valores, princípios e capacitação inerentes à função almejada. Isso, por conseguinte, redundará em uma maior congruência entre suas atuações e as expectativas da população, promovendo uma maior satisfação. Desse modo, a sociedade deixará de estar alheia às irregularidades, imposições, desvios e à carência de representatividade inerentes às políticas em vigor.

É evidente que os principais esforços das políticas públicas não se concentram em proporcionar dignidade ao cidadão. Ao longo da história brasileira, o que se observa é, na verdade, a perspectiva oposta, caracterizada pela exploração do trabalho e de todos os recursos em prol da manutenção da vasta máquina estatal. Essa manutenção ocorre muitas vezes por meio da alienação das grandes massas, de modo a sustentar-se de maneira desonesta e indigna, entre outras formas de controle.

Em síntese, a investigação apresentada neste artigo destaca a importância de promover um conhecimento abrangente e uma compreensão crítica do sistema político e dos cargos públicos no contexto brasileiro, por meio da inclusão de disciplinas voltadas para essa finalidade nas escolas. Este estudo ressalta que a capacitação dos cidadãos é um requisito fundamental para uma cidadania ativa e informada, sendo um passo significativo na direção de uma sociedade mais consciente, participativa e engajada. Ao fornecer às futuras gerações as ferramentas necessárias para compreender o funcionamento do governo e o papel do voto, este artigo busca contribuir para a promoção da eficácia e da integridade no processo político,

potencialmente reduzindo as falhas e abusos que podem ocorrer quando a população carece de conhecimento sobre os processos democráticos. A implementação de tais disciplinas pode representar um avanço significativo na construção de uma sociedade mais justa e democrática no Brasil.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello; VASCONCELOS, Camila de. Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no Brasil. In: **Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política-COMPOLÍTICA**. 2013.

FREUD, Sigmund et al. **Psicologia de grupo e análise do ego**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 18, p. 89-179, 1921.

FOLHA DE SÃO PAULO. No Brasil, a diferença entre contentes e descontentes é ainda maior: 83% se declaram insatisfeitos, enquanto somente 16% se dizem satisfeitos com a democracia -16 pontos percentuais a mais de insatisfeitos em relação a 2017, quando 67% afirmam estar descontentes. **São Paulo**, 2019.

GALVÃO, R. C. S. (2007). Francis Bacon: teoria, método e contribuições para a educação. **Revista Internacional Interdisciplinar**, 4 (2), 32-41.

GATTI, Bernardete A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, n. 50, p. 51-67, 2013.

LIMA, Protazio de Oliveira; SILVA, Francisco José Dias da. A relação entre política e a escola. In: **Congresso Nacional de Educação–Conedu**, 2017.

LOPES, L. S.; TOYOSHIMA, S. H. Evidências do impacto da corrupção sobre a eficiência das políticas de saúde e educação nos estados brasileiros. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 41, 2022. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/265](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/265)

DIAS, Bruno Francisco Batista; MARIANO, Sandra Regina Holanda; CUNHA, Robson Moreira. Educação Básica na América Latina: uma análise dos últimos dez anos a partir dos dados do programa internacional de avaliação de estudantes (PISA). **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 4, p. 1-26, 2017.

RIBEIRO, Márcio Bruno. **Desempenho e eficiência do gasto público**: uma análise comparativa entre o Brasil e um conjunto de países da América Latina. 2008.

SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos: uma aproximação empírica. **Opinião**

Pública, v. 9, p. 148-169, 2003.

VICENTE, José João Neves Barbosa. O papel da educação na república de Platão. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 6, n. 11, p. 215-224, 2014.

VICENTE, José João Neves Barbosa. O papel da educação na república de Platão. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 6, n. 11, p. 215-224, 2014.